



Campanha NACIONAL  
pelo  
**DIREITO à  
EDUCAÇÃO**



## **Sociedade civil exige um compromisso do G20 com a implementação efetiva da Agenda de Educação 2030**

*Organizações da América Latina e do Caribe demandam aos Estados do G20 que garantam orçamentos sustentáveis e suficientes para o fortalecimento de sistemas de educação públicos, gratuitos e inclusivos*

No contexto da Reunião Ministerial de Educação e do Encontro Ministerial Conjunto de Educação e Trabalho do G20, que acontecem em Mendoza, Argentina, nos dias 5 e 6 de setembro, a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE), em articulação com seus membros em países da região que fazem parte do G20 – a Campanha Argentina pelo Direito à Educação (CADE), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação do Brasil e o Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEAAL) no México - exige que esses Estados reafirmem seu compromisso com a garantia de um financiamento público adequado, justo e sustentável para o fortalecimento de sistemas de educação públicos, gratuitos e inclusivos, de maneira a permitir a realização da Agenda de Educação 2030 nos níveis regional e nacional, assim como o cumprimento de legislações educacionais vigentes nos países, que aprofundem e fortaleçam os compromissos globais.

Até dezembro deste ano, a Argentina ocupa a presidência temporária do G20, um fórum que reúne líderes das maiores economias do mundo. Com esse papel, o país recebe uma série de reuniões preparatórias para a Cúpula de Líderes do Grupo, que acontecerá nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2018 em Buenos Aires. Pela primeira vez, a educação é abordada num Fórum do G20, sendo enfocadas as temáticas: habilidades necessárias para a vida e para o trabalho; e financiamento educativo. Trata-se, portanto, de uma oportunidade importante para discutir esses assuntos com os países do Grupo.

As organizações da sociedade civil mencionadas destacam que garantir o direito a uma educação pública, gratuita, de qualidade, inclusiva, equitativa e

ao longo da vida para todas as pessoas, sem discriminações, é condição fundamental para promover a justiça social e o desenvolvimento sustentável. Essa premissa está prevista nas metas da Agenda de Educação 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que consideram a educação, a inclusão e a superação das desigualdades, especialmente as disparidades de gênero, como eixos transversais e fundamentais para alcançar todos os ODS.

“Demandamos aos Estados do G20 que reafirmem seu compromisso com a implementação efetiva da Agenda de Educação 2030 e com a realização do direito humano à educação para todas as pessoas. Isso requer sistemas de educação públicos, que sejam adequadamente financiados e comprometidos com a inclusão e a não-discriminação, especialmente em relação à igualdade de gênero, já que temos observado vários retrocessos para essa questão na região. É preocupante que os países latino-americanos que são membros do G20, e estão entre as maiores economias do mundo, não realizem investimentos públicos suficientes na educação pública, mesmo havendo um consenso global de que isso é fundamental para a implementação de todos os ODS e para a realização dos direitos humanos”, afirma Camilla Croso, coordenadora geral da CLADE.

As organizações também denunciam que em diferentes países da região vêm sendo implementadas políticas que reduzem ou congelam os investimentos públicos em educação e em outros direitos sociais, com base em alegações de que a atual crise econômica requer políticas de ajuste fiscal e contenção dos gastos públicos, enquanto sistemas fiscais injustos e desiguais são mantidos. Elas defendem que a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade começa por exigir: o fim dos incentivos fiscais prejudiciais e das práticas de elusão e evasão fiscal de empresas nacionais e transnacionais; o aumento da transparência de governos e grandes corporações; e o estabelecimento de uma nova arquitetura tributária internacional.

Para expressar essas preocupações e pressionar os governos da região que integram o G20 para que assumam um compromisso com a justiça tributária; garantam recursos adequados para o direito à educação e o fortalecimento dos

sistemas públicos de educação; e executem planos educacionais e orçamentos sensíveis à inclusão, à equidade, à igualdade de gênero e à garantia de acesso e continuidade escolar para todas as pessoas, a CLADE e seus membros na Argentina, no Brasil e no México entregaram um documento a representantes dos Estados da América Latina e do Caribe durante as Reuniões Ministeriais realizadas na Argentina **[o documento segue anexo – em espanhol]**.

Para mais informações, escreva para [fabiola@campanaderechoeducacion.org](mailto:fabiola@campanaderechoeducacion.org)

Skype: fabiola.munhoz2

Whatsapp: +55 11 98184-2821